c) Para os capitães, à data fixada no diploma legal de promoção a este posto.

Art. 6.º Os oficiais milicianos serão sempre considerados mais modernos, em cada posto, do que os oficiais do quadro permanente promovidos a esse posto na mesma data.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1938.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:157

Com fundamento nas disposições do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e nas do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 4.430\$ da verba de 15.000\$ inscrita no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico, no capítulo 6.º «Direcção Geral da Marinha — Conselho administrativo», artigo 198.º «Material de consumo corrente», n.º 6) «Publicação do *Boletim da Marinha Mercante*», a fim de ser reforçada com igual quantia a verba de 15.000\$ inscrita no n.º 4) «Material para litografia dos boletins meteorológicos, etc.» dos mesmos artigo, capítulo e orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

Decreto n.º 29:158

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 5.000\$, devendo a mesma importância ser adicionada à verba de 6.000\$ inscrita no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o ano económico de 1938, no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Officiais da corporação da armada», artigo 42.º «Outros encargos», n.º 1) «Subsídios para custeio de funerais (decreto n.º 14:256)», alínea a) «De officiais do activo».

Art. 2.º É anulada a quantia de 5.000\$ na verba de 480.000\$ inscrita nos mesmos capítulo e orçamento, artigo 40.º «Outras despesas com o pessoal», n.º 1) «Ajudas de custo, despesas de deslocação, etc.».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA. — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se torna público que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 14 de Novembro corrente, autorizou, ao abrigo das disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas dentro do capítulo 4.º do orçamento da despesa deste Ministério em vigor:

130.000\$ do n.º 1)	para o n.º 2) do artigo 40.º
2.000\$ do n.º 4)	para o n.º 1) do artigo 44.º
2.000\$ do n.º 4)	para o n.º 2) do artigo 44.º
50.000\$ do n.º 3)	} para o n.º 6) do artigo 45.º
10.000\$ do n.º 5)	
90.000\$ do n.º 7)	

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 15 de Novembro de 1938.— O Chefe da Repartição, *Raimundo Sérgio de Quintanilha e Mendonça*.

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.ª o Ministro da Marinha autorizou, por despacho de 14 do corrente mês, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento do Ministério da Marinha do ano económico de 1938:

Do n.º 2) para o n.º 1) do artigo 9.º, capítulo 1.º — 7.500\$.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 15 de Novembro de 1938.— O Chefe da Repartição, *Raimundo Sérgio de Quintanilha e Mendonça*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto n.º 29:159

Considerando que, por despacho do Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações de 26 de Outubro de 1938, foi mandada fazer a adjudicação à firma Siemens, Companhia de Electricidade, sociedade anónima de responsabilidade limitada, dos trabalhos relativos à montagem dos cabos telefónicos destinados a estabelecer a ligação entre a nova Central Telefónica e a actual nas cidades de Coimbra e Braga;

Considerando que há necessidade de executar os trabalhos referidos e autorizar a entidade competente a celebrar os respectivos contratos;

Considerando que a execução dos referidos trabalhos abrange os anos de 1938 e 1939;

Atendendo ao disposto no § único do artigo 4.º do decreto-lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a celebrar contratos com a firma Siemens, Companhia de Electricidade, sociedade anónima de responsabilidade limitada, para a execução dos trabalhos constantes dos projectos da montagem dos cabos telefónicos subterrâneos de ligação entre as novas centrais telefónicas e as actuais das cidades de Coimbra e Braga.

Art. 2.º O encargo orçamental máximo do contrato para Coimbra é de 205.000\$, a repartir do modo seguinte:

a) Encargo orçamental máximo em 1938.	63.533\$33
b) Encargo orçamental máximo em 1939, acrescido do saldo de 1938	141.466\$67

Art. 3.º O encargo orçamental máximo do contrato para Braga é de 205.000\$, a repartir do modo seguinte:

a) Encargo orçamental máximo em 1938.	58.266\$66
b) Encargo orçamental máximo em 1939, acrescido do saldo de 1938	146.733\$34

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1938. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Duarte Pacheco*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 29:160

Atendendo ao que solicitaram o governador geral do Estado da Índia e os governadores das colónias de Cabo Verde e Timor a fim de se ocorrer nas mesmas colónias, por meio da abertura de créditos especiais, a encargos não previstos ou previstos em importâncias insuficientes nas respectivas tabelas de despesa;

Tendo em vista o artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o governador geral do Estado da Índia a abrir no corrente ano económico, com as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de 1.278:09:01, destinado a reforçar a verba do n.º 4) do artigo 225.º, capítulo 7.º, da tabela de despesa vigente, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades

da alínea a) do n.º 1) do artigo 228.º e da alínea f) do n.º 1) do artigo 236.º, capítulo 7.º, da mesma tabela.

Art. 2.º É autorizado o governador da colónia de Cabo Verde a abrir no corrente ano económico, observadas as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de 105.000\$, com contrapartida no saldo positivo da conta de exercício de 1937, sendo: 40.000\$ para reforçar a verba do n.º 1) do artigo 238.º, capítulo 9.º, e 65.000\$ para reforçar a verba do n.º 3) do artigo 239.º, do mesmo capítulo, da tabela de despesa vigente.

Art. 3.º É autorizado o governador da colónia de Timor a abrir no corrente ano económico, observadas as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de \$2.500,00, destinado ao pagamento do custo, embalagem, frete, seguro e sobrecarga de cédulas cedidas pela colónia de Macau, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades da verba da alínea a) do n.º 1) do artigo 58.º, capítulo 5.º, da tabela de despesa vigente.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» do Estado da Índia, Cabo Verde e Timor.

Paços do Governo da República, 19 de Novembro de 1938. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Comércio e Indústria de 31 de Outubro findo, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foram autorizadas no orçamento do Ministério do Comércio e Indústria em vigor no corrente ano económico de 1938 as seguintes transferências de verbas:

CAPÍTULO 4.º

Instituto Português de Combustíveis

Despesas com o pessoal:

Artigo 35.º — Remunerações acidentais:

Do n.º 1) «Gratificações aos membros da junta encarregados de trabalhos» 1.000\$00

Para o n.º 2) «Horas extraordinárias ao pessoal menor pelo serviço prestado fora das horas do expediente ordinário» 1.000\$00

Artigo 36.º — Outras despesas com o pessoal:

Do n.º 2) «Subsídios de marcha» 2.200\$00

Para o n.º 1) «Ajudas de custo» 2.200\$00

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 15 de Novembro de 1938. — O Chêfe da Repartição, *Luiz de Albuquerque Bettencourt*.